

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

**Bianca Cristina e o Quilombo Cruz da Menina: Trajetória e Resistência
Comunitária em Dona Inês/PB (1994-2016)**

OLIVEIRA, Fernanda de Araújo¹

Resumo:

A constituição de 1988 criou uma nova identidade étnica, a quilombola, que foi fruto de lutas e reivindicações dos movimentos negros, todavia, só vinte anos depois, em 2008, a comunidade rural Cruz da Menina, localizada no município de Dona Inês, no estado da Paraíba, recebe a certidão de autodeclaração como comunidade remanescentes quilombola, tendo como principal articuladora a liderança comunitária Bianca Cristina. Neste sentido, no presente estudo trazemos apontamentos iniciais sobre o torna-se quilombola da liderança comunitária Bianca Cristina e as mulheres quilombolas da Cruz da Menina. Objetivamos refletir sobre o silenciamento historiográfico sobre as Histórias das Mulheres, especialmente as mulheres negras. Utilizamos como metodologia a revisão bibliográfica sobre a discussão da construção da identidade étnico quilombola. Para a fundamentação teórica utilizamos o feminismo negro, como base principal os conceitos de **interseccionalidade** apontado por Akotirene (2019) e de **empoderamento** discutido por Berth (2019). Concluímos que o torna-se quilombola encaminhou a Bianca Cristina e o Quilombo Cruz da Menina ao empoderamento político.

Palavras-chave: História Cultural, Feminismo negro, empoderamento, interseccionalidade e mulheres quilombolas.

1. Introdução

Este estudo se propõe a trazer reflexões iniciais da pesquisa de mestrado que venho desenvolvendo sobre as resistências comunitárias das mulheres quilombolas de Cruz da Menina, tomando como eixo principal a trajetória da liderança quilombola Bianca Cristina da Silva Gregório.

A líder mencionada é agricultora, artesã, participa ativamente em políticas partidárias tendo candidaturas em diferentes pleitos, inclusive, em um deles assumiu como suplente da Câmara dos Vereadores de Dona Inês, Paraíba. Também é professora e já atuou nas mais diversas funções em escolas da cidade. Atualmente é a diretora cultural da Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombola

¹ Mestranda em História Pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Email: afernanda791@gmail.com

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

Cruz da Menina (ACRQCM) e está em seu segundo mandato na presidência da Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba (CENEQ). Ainda compõe a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Quilombolas (CONAQ) e do Coletivo Nacional de Mulheres da CONAQ. Em suma, a liderança comunitária Bianca Cristina ocupa diversos lugares de poderes e reivindica os direitos essenciais para sobrevivência especialmente da sua comunidade.

Hoje as comunidades remanescentes quilombolas são comunidades negras rurais ou urbanas que possuem em comum, práticas culturais específicas, uma relação com o seu território e com o grupo. Segundo José Mauricio Arruti (2006), após uma longa luta do movimento negro, foi inserido no apagar das luzes da comissão de Índios, Negros e Minorias sobre intensas negociações do movimento negro do Rio de Janeiro o artigo 68 na constituição de 1988, conforme os atos das disposições constitucionais transitórias ficando acordado: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos, que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe títulos respectivos”.(BRASIL,1988)²

Este ato transitório foi a primeira tentativa de uma política reparatória por parte do Estado brasileiro que escravizou e dizimou milhares de africanos/as vindos/as do continente africano com o signo de “escravos”. Essa iniciativa foi direcionada exclusivamente para as comunidades dos quilombos históricos e que teriam sobrevivido ao regime colonial. Sendo assim, essa forma de reparar não estava destinada às comunidades negras rurais constituídas após 1988.

No período das décadas de 1990 e início dos anos 2000, tivemos diversas disputas nos âmbitos sociais e jurídicos levantadas principalmente pelo movimento negro. O artigo 68 não solucionava um problema mais amplo que era a questão agrária e os diversos conflitos no campo vivenciados pelas comunidades negras rurais. Foi nesse contexto político social que tivemos a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e uma

²

Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf

em:

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

ressignificação do conceito jurídico comunidade remanescente. Conforme o decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003,

consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para fim deste decreto, os grupos étnicos-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida³. (BRASIL,2003)

Agora não será necessário comprovar uma relação estreita com a escravização, em virtude deste decreto diversas comunidades negras rurais que se identificavam/reconheciam como um campesinato negro iniciaram o processo de autorreconhecimento como quilombola. Uma identidade étnica que muitas das vezes possuía fatores primordiais, tais como: a origem do grupo ou ancestrais em comum, um parentesco social, uma homogeneidade entre outros (ARRUTI, 2006), ser quilombola passa a significar o direito a terra e as políticas públicas do Programa Brasil Quilombola da Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), secretaria que foi extinta após o golpe de 2016.

É neste contexto, que teremos a criação do processo de autorreconhecimento da Cruz da Menina como comunidade quilombola. A comunidade negra rural se localiza a dois quilômetros do município de Dona Inês/PB. Foi povoada desde o século XIX e possuía originalmente o nome Tapuio, porém por volta da metade do século passado, uma garotinha chamada Dulce, vinha retirante com sua mãe, pai e uma amiga da família, por conta da grande seca. Ao chegarem onde hoje é a comunidade quilombola, pediram a um fazendeiro da região água e comida para a criança, todavia, ele negou-lhe o pedido, Dulce não resistiu vindo a falecer após beber água em uma pequena nascente que tinha na região. Onde Dulce morreu foi construída uma capelinha e originou-se uma

3

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.887%2C%20DE%20Ato%20das%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Constitucionais%20Transit%C3%B3rias.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

peregrinação anual no dia de todos os santos e para os religiosos locais a menininha fez/faz diversos milagres. Diante dessas circunstâncias narradas a comunidade passou se conhecida por outra nomenclatura: Cruz da Menina.

A respectiva comunidade recebeu a emissão de certidão de autodefinição como comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares no ano 2008 e segundo a última atualização no ano de 2021 da Comissão Pró- Índio de São Paulo⁴ a comunidade não dispõe da titulação do seu território e no site não apresenta nenhum documento disponibilizado pelo Instituto de Reforma Agrária (INCRA). Como vemos, são 14 anos que os/as quilombolas esperam a titulação de seu território que barra na morosidade do Estado, umas das formas de governar através da governamentalidade racista como aponta Mariléa de Almeida (2018).

Em princípio nosso referencial teórico-metodológico se baseia na História Cultural do silenciamento histórico das mulheres, especialmente das mulheres negras quilombolas. Também utilizamos os conceitos, **interseccionalidade** de Carla Akotirene (2019) e o **empoderamento** de Joice Berth (2019), ambas feministas negras, para refletimos a bibliografia existente sobre as mulheres negras quilombolas, especialmente do território de Cruz da Menina. Com esses apontamentos iniciais pretendemos entender como as mulheres quilombolas da Cruz da Menina se empoderaram após a construção da identidade quilombola.

Em síntese, este artigo busca trazer discussões iniciais sobre os apagamentos históricos das mulheres quilombolas, a construção da identidade quilombola e como essa identidade própria leva as mulheres ao empoderamento político no combate aos poderes institucionais racistas.

2. Mulheres negras uma presença ausente, mas sempre presente na História.

Neste estudo, partimos da premissa da história enquanto escrita da ausência. Ausência de todos, todas e todes que não se enquadravam/enquadram no padrão cisheteropatriarcal europeu. Para o historiador Albuquerque Júnior (2019), a escrita da História era de homens e para homens, na qual se exaltava/exalta os grandes feitos

⁴ Disponível em: <https://cpisp.org.br/cruz-de-menina/> Acesso 19/06/2022 às 21:07h.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

políticos, de um corpo histórico másculo, mas sem odores, desejos e amores. O sujeito era posto como um ser racional, retirando toda a sua subjetividade.

Já as mulheres são inseridas nestas narrativas históricas, segundo fantasias criadas pelos homens, tais como: bruxas, prostitutas ou donzelas indefesas que necessitaria ser resgatadas pelo grande herói. Aparentemente, para esses historiadores as mulheres não poderiam escrever/construir a sua própria trajetória, saindo da dualidade boa/má, mas como sujeitas que trilhariam seus próprios caminhos, sem ser a sombra de um homem.

No entanto, as feministas burguesas do século passado iniciaram uma ruptura com essa historiografia sobre o ser mulher. Ao iniciarem os movimentos políticos, as feministas brancas começaram a adentrar as universidades e pesquisar sobre outras mulheres, criando assim o campo de estudos “Histórias das Mulheres” (SCOTT, 2019).

Agora, porém, convém trazermos as reflexões da filósofa Sueli Carneiro ao refletir sobre a necessidade de enegrecermos os feminismos na América Latina, ela questiona: “Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? [...]” (2019, p. 14). Mesmo questionando o movimento feminista hegemônico branco, tais questões nos encaminham a reflexão a respeito de quais mulheres estamos falando no campo de estudos Histórias das Mulheres.

Diante destas questões dialogamos com Ribeiro (2016) e (2019) que evidência como o movimento feminista negro propõe um novo marco civilizatório, pois faz uma crítica a categoria universal do ser mulher. Desde 1851, Sojourner Truth, uma afro abolicionista norte americana, questionou: “E eu não sou uma mulher?”, na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio, nos Estados Unidos. Essa pergunta ao feminismo hegemônico se deu principalmente com a falta da capacidade das mulheres brancas refletirem a questão racial, visto que enquanto lutavam pelo direito de ir trabalhar as mulheres negras já trabalham desde a infância e não precisavam lutar por esta causa.

Para Grada Kilomba (2019), as mulheres negras são o outro do outro. Discordando da categoria da filósofa Simone de Beauvoir que ressalta uma falta de reciprocidade entre a mulher branca e o homem branco. No entanto, a mulher negra não

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

é homem no gênero e nem é branca na raça, sendo o outro do outro e assim não contemplam nenhuma reciprocidade, na verdade as mulheres negras estão na base da pirâmide das hierarquias sociais. A partir dessas colocações, feministas negras brasileiras, como Lélia Gonzalez (2020), fizeram uma crítica às análises sociais que só levavam em conta as opressões de classe e propõem uma análise que introduza a raça e o gênero.

Em virtude dessas questões do ser mulher universal e a necessidade de uma epistemologia que leve em conta raça, classe e gênero, trazemos a importância e necessidade da interseccionalidade. O conceito foi apresentado aqui no Brasil por Carla Akotirene (2019) e cunhando em 2001 após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, como uma ferramenta analítica, pois a:

[...] interseccionalidade visa dar instrumentabilidade teórico-metodológico a inseparabilidade estrutura do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias em que vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.(AKOTIRENE, 2019, p.19)

A partir de Akotirene, argumentamos a importância da interseccionalidade como uma ferramenta teórico-metodológica para refletimos as linhas de demarcações das mulheres quilombolas. Ademais, as mulheres quilombolas da zona rural, vivenciam exclusões de raça, classe, gênero e do direito a terra que advém desde as leis de terras do século XVIII, o que as diferenciam das mulheres quilombolas urbanas, por exemplo.

Conforme podemos observar no relato de experiência das pesquisadoras Amanda Marques, Maria Silva e Katarine Santana (2021) ao descreverem as atividades da extensão universitária “Gênero, raça e classe”⁵, as autoras nos relatam inicialmente as atividades desenvolvidas durante a oficina “Relações de gênero, raça e classe: diálogos iniciais” no ano de 2019. Primeiramente, as pesquisadoras reproduziram o curta-

⁵ Extensão realizada com as mulheres residentes do Quilombo Cruz da Menina, que foi derivada dos resultados do projeto de extensão desenvolvido no âmbito do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias - CCHSA, campus III da UFPB de pesquisadores do grupo de pesquisa Gestar: território, trabalho e cidadania/CNPq/UFPB.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

metragem “Vida Maria” no qual conta o cotidiano de uma família, pelas relações entre a filha e a mãe. É possível perceber que a filha pouco se dedica aos estudos e tem diversas demandas domésticas para realizar, expondo as representações de gênero criadas socialmente, em que foi construída uma divisão sexual de gênero, especialmente na zona rural.

Após a exibição do curta-metragem as pesquisadoras iniciaram uma roda de conversa com as mulheres de Cruz da Menina, e elas analisaram a importância de estarem juntas trocando aquelas experiências principalmente vinda das suas mães e ao mesmo tempo argumentaram que aquela reprodução também acontecia no território. Por conseguinte, nesta roda de conversa é possível observar que as relações de gênero se reproduzem nas trajetórias das mulheres do território de Cruz da Menina.

Em um segundo momento Marques, Silva e Santana solicitaram as mulheres participantes da oficina que colocassem em uma lousa as profissões que para elas eram destinadas para as mulheres e para os homens. Sendo assim, buscaram analisar como se dava a divisão sexual do trabalho no território. A partir das repostas das interlocutoras, as autoras observaram que as mulheres executam os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos. Expressaram também:

[...]O fato de surgirem muitas ocorrências de atividades, historicamente, destinadas às mulheres pretas, tais como: diarista, pedreira, auxiliar de serviços gerais, domésticas etc, possibilita a reflexão de que o trabalho passa pela divisão de gênero e raça e estabelece que classe social está destinada às mulheres pretas.(MARQUES, SILVA, SANTANA, 2021, p. 36)

Em virtude destas experiências expostas, podemos observar a intersecção de raça, classe e gênero nas trajetórias das mulheres do território de Cruz da Menina, de tal forma que nos encaminha as diversas formas de exclusão postas pelos feminismos negros. Por isso, contribuíram/provocaram o campo de estudos das Histórias das Mulheres, nos possibilitando visibilizar outros silenciamentos das diversas categorias do ser mulher. Sendo assim, propomos uma análise inicial do torna-se quilombola retomado por Mariléa de Almeida (2018), em sua tese de doutorado.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

É importante ressaltar que as mulheres quilombolas vêm se organizando nacionalmente na luta pela titulação de seus territórios e também combatendo outras formas opressivas como a violência de gênero, racial e a violência estatal que nega direitos básicos como saúde e educação. Como é o caso do Coletivo de Mulheres da CONAQ, no qual tem como lema “Quando uma mulher quilombola tomba, o quilombo se levanta com ela”, tendo em vista que o coletivo de mulheres da CONAQ surgiu da necessidade das mulheres quilombolas dialogarem e refletirem questões específicas vivenciadas por serem mulheres, como a latente violência de gênero nos seus territórios.

É fruto dessa organização o livro “Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas” (2020) que foi organizado por Selma dos Santos Dealdina, no qual apresenta artigos escritos em primeira pessoa, ou seja, as mulheres quilombolas de diversos territórios contaram as suas trajetórias envolvidas nas questões de gênero, raça, agroecologia, entre outras. Como a crítica ao próprio feminismo negro, todavia, é necessária uma análise específica sobre as mulheres quilombolas, principalmente as rurais, pois as mulheres quilombolas das zonas rurais se diferenciam das mulheres negras urbanas, por exemplo.

Não é apenas a nível nacional que podemos observar essas movimentações femininas, Karoline Monteiro (2013), ao pesquisar as mulheres quilombolas de 17 comunidades rurais e urbanas da Paraíba concluiu que essas mulheres lutam no território e para o território. Elas estão atentas às questões de gênero, dos papéis machistas passado de gerações na lógica camponesa e também na inferiorização dos trabalhos femininos, sendo visto como leves.

Por outro lado, essas mulheres começaram a ocupar relações de poder rompendo com a lógica machista e partenalista na qual permanecem as relações de gêneros na zona rural. Na maioria dos territórios pesquisados por Monteiro (2013), as mulheres foram as principais articuladoras e engajadoras no processo de autorreconhecimento como quilombolas e estão presentes nas associações comunitárias. Ao dialogar com algumas lideranças, Monteiro nos expõe que a participação masculina é muito baixa e as mulheres predominam como lideranças comunitárias sendo cerca de 70% dos territórios

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares paraibanos pesquisados pela autora, que possuem mulheres ocupando cargos na associação e também são as mulheres as que mais participam das reuniões comunitárias cotidianamente.

3. O torna-se quilombola uma trajetória de empoderamento

Em 2018 Mariléa de Almeida traz as práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro. A pesquisadora nos apresenta diversas trajetórias das mulheres quilombolas, onde é exposto que cada mulher negra vivenciou algum evento que lhe trouxe a identidade quilombola. Para Denise André Barbosa, do Quilombo Tapera em Petrópolis, remetia ao passado escravista de grupos formados por negros/as fugidos/as, pois era isto que tinha aprendido na escola. Já Maria Eliane de Almeida Mattos, do Quilombo de Santana, em Quatis, significava a folclorização do jongo que conhecia desde criança, mas não exatamente com este nome e principalmente com a finalidade de ser apontada como um grupo etnicamente distinto.

Aos poucos essas mulheres negras dos quilombos do Rio de Janeiro, começaram a entender que ser quilombola era algo positivo, que poderiam finalmente ter os títulos das terras que vinham ocupando a gerações. Do mesmo modo, ter acesso aos direitos essenciais como moradia digna, água potável e energia elétrica, através do programa Brasil Quilombola. Direitos estes que foram negados à população negra desde o pós-abolição que não lhes incluiu na sociedade brasileira e compõe uma das execuções do dispositivo da racialidade apontado pela filósofa Sueli Carneiro (2005).

Após esses diálogos teóricos iniciais trazemos a pesquisa de Maria Silva (2019), na qual a autora pesquisou a territorialidade da comunidade Quilombola Cruz da Menina. Para a pesquisadora a ocupação do território deriva do século XVIII, antes da ocupação do atual município de Dona Inês. Silva chega a esta conclusão através de pesquisas de documentos cartoriais encontrados nos registros de nascimentos datados do ano de 1871.

A autora ainda nos apresenta os eventos que encaminharam a construção da identidade quilombola. Inicialmente no ano de 2005, a secretária de educação Vilma de Almeida incentivou e criou um grupo de dança chamado Oxumaré, cujo principal

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

objetivo era resgatar a cultura afro-brasileira. Em entrevista realizada por Silva, a colaboradora Dione relatou que “[...]o jeito de dançar africano vinha da gente, a gente colocava o jeito de dançar, o gingado [...]” (p.73), como observamos a ancestralidade estava no sangue das mulheres quilombolas e foi exposta a partir do incentivo da secretaria da educação.

Ao se apresentarem em outras localidades do município de Dona Inês, as pessoas apontavam que elas eram “diferentes”. Em entrevista realizada por mim ainda na graduação em História, através da extensão universitária “Trajetórias de Mulheres Negras, Indígenas e Afro-Indígenas na Paraíba”⁶ na qual fui monitora, Bianca Cristina relatou que o processo de autorreconhecimento se constituiu no ano de 2005, através das movimentações políticas onde ela, sua mãe, irmãs e tias se mobilizaram para construir a identidade quilombola.

Esse processo se desenvolveu com ações de conscientização de serem negros/as, através de conversas com as mulheres, com os jovens e os mais velhos, debatiam principalmente o que era ser quilombola e porque a Cruz da Menina tinha de tudo para ser uma comunidade quilombola. Bianca ainda expôs que muitos/as do território mesmo tendo a pele escura não se identificavam como negros/as, sabemos que a construção da identidade negra perpassa pela negação, pois a história única nos mostra episódios dolorosos como a escravização, embranquecimento histórico incentivado pelo próprio Estado brasileiro e uma marginalização da cultura, religiosidades, linguagens e dos corpos negros, corroboram para o desejo de embranquecer negando a sua identidade negra.

No entanto, com essa mobilização conseguiram o autorreconhecimento como quilombolas e no ano de 2008 foram certificados pela Fundação Cultural Palmares. Após o reconhecimento foi institucionalizada a Associação da comunidade quilombola o que propiciou um mecanismo democrático de empoderamento, já que:

⁶ GREGÓRIO, Bianca Cristina da Silva [Entrevista concedida a] Fernanda de Araújo Oliveira, agosto, 2021. Paraíba, Extensão: Trajetórias de Mulheres Negras, Indígenas e Afro- Indígenas da Paraíba”,2021. 1 arquivo de vídeo mp4.(50 min.).

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

[...] a Teoria do Empoderamento significa que esses grupos oprimidos poderão ter acesso às decisões da vida pública, para além do voto a cada quatro anos, em conselhos de bairros, plebiscitos, consultas prévias, entre outros diversos mecanismos de participação que abrem a via para tantos diálogos e demandas sufocadas. [...] (BERTH, 2019, p.51)

Igualmente, a teoria do empoderamento nos mostra que após a construção da identidade quilombola aumentou a luta da liderança quilombola e de todos e todas do território e é assim que concordamos com Joice Berth (2019) que o empoderamento é um meio de iniciar uma transformação social e não o fim em si, tendo em vista a necessidade de construir um empoderamento coletivo e trazer outros/as sujeitos/as para atuação social.

Com o torna-se quilombola, Bianca Cristina e a Associação comunitária de Cruz da Menina conseguiram diversas melhorias para o seu território como: casas de alvenaria, cisternas de água, porços artesanais, feiras de alimentação básica, entre outras conquistas ressaltadas sempre como coletivas, que beneficiaram o território e as regiões periféricas do município de Dona Inês.

Atualmente a luta ainda perpassa o território e, além dele, ao acompanhar as mulheres de Cruz da Menina em uma formação em cidadania quilombola, podemos observar que elas sabem de seus direitos e se movimentam em busca deles, enfrentando muitas das vezes poderes institucionais, reivindicando saúde, melhoramento na educação e investimentos no território como cursos de formação específicos para a comunidade “[...]uma vez que uma coletividade empoderada não pode ser formada por individualidades e subjetividades que não estejam conscientemente atuantes dentro de processos de empoderamento. [...]” (BERTH, 2019, p.35)

4. Considerações Finais

Propomos trazer reflexões iniciais sobre o torna-se quilombolas das mulheres do território de Cruz da Menina e a relação com o empoderamento enquanto um importante instrumento nas lutas emancipatórias.

Ao trazemos reflexões sobre a trajetória da liderança comunitária Bianca Cristina, notamos como o processo de autorreconhecimento foi difícil e doloroso, pois envolve

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

diretamente assumir uma identidade negra que foi posta historicamente na marginalização. Diante disto, argumentamos a importância do resgate político de repensar as comunidades quilombolas como uma grande potência de resistência na atualidade.

Essas mulheres quilombolas foram ocupando diversos espaços, dentre eles espaços de poder que ao “tombarem” se levantam juntas e mais fortes, denunciando o racismo, o sexismo, a morosidade do Estado para garantir os seus territórios e principalmente lutando e buscando seus direitos em uma verdadeira mobilização feminina.

Referências

AKOTIRENE, Carla, **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História**. São Paulo: Intermeios, 2019, p.39-56.

ALMEIDA, Mariléa de. **TERRITÓRIOS DE AFETOS: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro**. Tese de doutorado (Doutorado em História). Campinas, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2018.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: Antropologia e História do processo de formação quilombola**. São Paulo: Edusc, 2006, p. 25-122.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. o decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.887%2C%20DE%2020,Ato%20das%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Constitucionais%20Transit%C3%B3rias acessado no dia 26/06/2022 às 20:15h.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen, 2019, p.34-56.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

CARNEIRO, Sueli.(org.) Heloisa Buarque de Hollanda. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na America Latina a partir de uma perspectiva de Gênero. In: **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo,2019.p. 325-333.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de Doutorado (Doutorado e Filosofia da Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 20-123.

DEALDINA, Selma dos Santos (org). **Mulheres Quilombolas: Territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra. 2020. Ebook.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro Latino Americano**. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. (Org). 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: estudos de racismo cotidiano**. SP: Cobogó, 2019.

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento; SILVA, Maria José da; SANTANA, Katarine da Silva. **“VOZES-MULHERES”**: Diálogos com Mulheres Quilombolas. In: Experiências de Ensino, Pesquisa e Extensão no Âmbito do CCHSA: Pilares Sobre a Responsabilidade Social. Editora UFPB: João Pessoa, 2021, p. 29-40.

MONTEIRO, Karoline dos Santos. **AS MULHERES QUILOMBOLAS NA PARAÍBA**: Terra, trabalho e território. (Dissertação de Mestrado) Mestrado em Geografia. Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2013.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Polén, 2019.

RIBEIRO, Djamila. FEMINISMO NEGRO PARA UM NOVO MARCO CIVILIZATÓRIO. **Revista Internacional dos Direitos Humanos**. SUR 24 - v.13, n.24, p. 99 – 104, 2016.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: Peter Burke (Org). **A Escrita da História**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 63-96.

SILVA, Maria José da. **“AQUI TODO MUNDO É UMA FAMÍLIA”**: Processo de Construção do Território e Territorialidades étnicas em Cruz da Menina, Dona Inês – PB. (Trabalho de Conclusão do Curso) Licenciatura em Ciências Agrárias, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2019.